

## **II CONFERÊNCIA MUNDIAL PARA OS DIREITOS HUMANOS DE VIENA, 1993: O CHOQUE DE CONCEPÇÕES ENTRE OCIDENTE E ORIENTE ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS.**

Matheus de Carvalho Hernandez, Tullo Vigevani. – Inter-áreas – Relações Internacionais – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A II Conferência Mundial sobre direitos humanos convocada pela ONU ocorreu em Viena, 1993, de 14 a 25 de junho. Este evento é considerado um marco para os direitos humanos, por vários aspectos. Primeiro pela expressão numérica, já que durante o evento 171 delegações de Estados estiveram envolvidas, 2000 ONGs, sendo que 813 como observadoras, e um grande número de encontros paralelos de instituições envolvidas com os direitos humanos, totalizando, ao final do evento, a participação de aproximadamente 10000 indivíduos. (ALVES, 1994). Segundo Boyle, a Conferência de Viena possui tão grande relevância devido ao fato de ela ter ocorrido já com a maioria dos Estados do mundo independentes, ao contrário da Conferência de Teerã, de 1968, ou da Declaração Universal, de 1948. (BOYLE, 1995).

Além da expressão numérica, há de ser destacada a participação plural, característica que muitas vezes explicam os choques culturais e em outros aspectos, ocorridos antes e durante o evento.

A Conferência também se fez marcante por ser a primeira discussão global acerca do tema no pós-Guerra Fria e, mais do que isso, por ter conseguido afirmar a universalidade dos direitos humanos, conseguida em meio a um grande número de discussões polêmicas, permeadas por choques culturais e diferentes concepções acerca dos direitos humanos entre o Ocidente e o Oriente.

A existência desse paradoxo, juntamente com o declínio do embate entre as ideologias capitalista e socialista no pós-Guerra Fria, permitiu que se observasse que ao longo da Conferência grande parte das discussões e polêmicas lá ocorridas encontrassem suas explicações nas diferentes concepções de direitos humanos frente ao choque Ocidente-Oriente, sendo essa discussão o tema deste estudo.

A metodologia deste trabalho consiste na leitura e análise de bibliografia, o que está sendo o subsídio básico para a compreensão dos objetivos do projeto. Tendo em vista que a pesquisa está em andamento, inicialmente estão sendo feitas leituras a respeito da Conferência de Viena de 1993, seu processo preparatório, e seu documento final: a Declaração e Programa de Ação de Viena. Posteriormente serão feitas as leituras de aprofundamento, haja vista que algumas já foram feitas, acerca dos direitos humanos e sua historicidade, do choque entre Ocidente e Oriente e das teorias de Relações Internacionais que vigoraram no período do fim da Guerra Fria e logo após seu término.

O pressuposto é que os direitos humanos quando colocados em âmbito global podem adquirir um caráter dúbio, paradoxal e contraditório. É justamente este ponto que este trabalho visa analisar, explicitar e verificar nas diferentes concepções do Ocidente e do Oriente, as quais estiveram fortemente presentes na Conferência. Essa análise será feita baseada na análise da Conferência de Viena em si, em seu processo preparatório e em seu documento final: a Declaração e Programa de Ação de Viena, a qual não apresenta caráter obrigatório pelo fato de ter emanado de uma Conferência, além disso, será feita uma análise do contexto internacional pós-Guerra Fria.

Cabe colocarmos nesse momento as respectivas definições que adotaremos nesse estudo em relação aos conceitos de Ocidente e Oriente. Essas noções, inicialmente geográficas, são de difícil definição quando retiradas desse âmbito, no entanto, para este projeto a representação inteiramente geográfica se torna insuficiente, haja vista que aqui elas serão abordadas mediante a consideração das culturas e seus antecedentes.

Em vista disso adotaremos a classificação de Jaguaribe. Segundo este autor, o Ocidente nos remete aos Estados que possuem matriz histórico-cultural no cristianismo, contudo, deve-se distinguir esse cristianismo romano daquele cristianismo bizantino, cisão surgida após um processo divisivo na Alta Idade Média. Além disso, Jaguaribe coloca outra característica

essencial do Ocidente: a herança da cultura greco-romana. Ele ainda encontra dois pontos essenciais da refundação do Ocidente datados no século XVIII: as revoluções burguesas e o Iluminismo. (JAGUARIBE, 2002).

Segundo o autor, a civilização ocidental tem como “ingredientes” básicos fundamentais a “technê” e o “telos”. A primeira se refere aos processos de eficiência operacional, ou seja, o efficientismo, e o segundo se relaciona com a exaltação de valores humanos, isto é, o humanismo. É justamente a relação entre essas duas perspectivas que atribui unicidade e particularidade ao Ocidente. Essa relação é sempre conflituosa, caracterizando a civilização ocidental como pendular, ora mais propensa à “technê”, ora ao “telos”, sendo assim, adotaremos nesse projeto a noção de que o Ocidente é expansivo, no sentido da tentativa de se tornar hegemônico.

Essa classificação nos remete aos Estados da Europa Ocidental por excelência, entretanto, ainda se incluem, por serem herdeiros dessas matrizes, a América Anglo-Saxônica e a América Latina (segundo Jaguaribe, a América Latina seria a periferia “menos exitosa” em relação ao núcleo central, isto é, à Europa Ocidental. (JAGUARIBE, 2002), revelando a não-homogeneidade do conceito de Ocidente e como há também conflitos e embates internamente a ele.) Além destes, incluiremos na classificação de Ocidente o Japão, o qual recebeu, com grande preeminência, a influência ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial. (JAGUARIBE, 2002).

Dessa maneira, como estaremos trabalhando com a dicotomia Ocidente-Oriente, neste trabalho como orientais serão considerados aqueles Estados que resistiram, durante a Conferência e seu processo preparatório, a esse caráter expansivo da imposição do “telos” pela “technê”, ou seja, neste projeto o Oriente constituirá a representação do “outro” por excelência do Ocidente.

Sendo assim, será feita uma análise a partir da classificação de Lafer e Fonseca Jr. de forças centrípetas (movimentos de globalização e expansão) e forças centrífugas (movimentos de fragmentação e resistência) (FONSECA Jr. e LAFER, 1997), considerando a presença dessas duas forças simultaneamente no processo preparatório e na Conferência, a fim de explicar os choques de concepções entre o Ocidente e o Oriente, evidenciando, de acordo com a classificação de Nardin, (NARDIN, 1987) utilizada por Vigevani (VIGEVANI, 1999), a obtenção da universalidade na Conferência como uma associação prática, e não de objetivos.

É justamente com o fim da Guerra Fria que os direitos humanos ganham nova força na Agenda Internacional. O fim do conflito ideológico, com a “vitória” do Ocidente capitalista e todos os seus preceitos, trouxe de acordo com Lafer e Fonseca Jr., um otimismo ao cenário internacional. Esse “otimismo” que, na realidade, se fundou na possibilidade, vislumbrada pelo Ocidente, da obtenção de um consenso mundial, por meio do exercício da hegemonia, baseado nos direitos humanos, na democracia e no desenvolvimento, caracterizando-se por ser um otimismo ocidental e conflituoso quando colocado frente ao Oriente (imposição do “telos” pela “technê”), ao contrário das análises realistas que vigoraram durante a Guerra Fria, previa uma grande cooperação entre os Estados, os quais não mais seriam os únicos principais atores internacionais, e, em decorrência disso acreditava-se na possibilidade de discussão de temas transnacionais, tais como os direitos humanos e a ecologia, e assim, na formação de regimes internacionais.

Foi no contexto desse otimismo ocidental, no qual se pode incluir o anseio por parte da ONU quanto ao seu fortalecimento frente aos “desafios globais” (BOYLE, 1995), que a II Conferência Mundial para os Direitos Humanos da ONU foi convocada em 1990 (a ser realizada em Viena, em 1993), ou seja, após a queda do Muro de Berlim. Essa Conferência foi idealizada, como dito acima, num contexto em que a possibilidade da universalização ocidental era colocada como rapidamente possível e, em decorrência disso, vislumbrou-se inicialmente na sua realização uma avaliação global dos direitos humanos, a possibilidade de revisão dos mecanismos de promoção e proteção desses direitos a fim de garantir maior coordenação entre eles, ademais, de inseri-la no clima de (aparente) harmonia perpétua, a qual havia sido explicitada por Fukuyama e pelo “Fim da História”, e assim obter legitimamente a universalização dos direitos humanos.

É justamente, portanto, em decorrência do final da Guerra Fria no final da década de 80, que a Conferência de Viena alcançou tamanha notoriedade. Já que a partir do fim do conflito

político-ideológico entre EUA e URSS, e do “triunfo” do Ocidente, formou-se, à primeira vista, o ambiente propício para a construção, por meio da expansão dos valores ocidentais, de um consenso mundial baseado nos direitos humanos, na democracia e no desenvolvimento. (TRINDADE, 1993). Para tal, foram idealizadas e organizadas reuniões preparatórias a fim de se preparar o ambiente para a redação de um texto consensual na Conferência, entretanto elas produziram o efeito contrário, isto é, trouxeram à Conferência uma série de discordâncias entre os Estados, o que tornou a redação do documento final muito complexa. (BOYLE, 1995).

Esse período chamado de primeiro pós-Guerra Fria, é dominado pelas forças centrípetas, ou seja, as forças de globalização, interdependência e cooperação, as quais favoreceriam os processos de universalização, entre eles, os direitos humanos. (FONSECA Jr. e LAFER, 1997). Entretanto, os desdobramentos do próprio contexto internacional revelaram a efemeridade do “otimismo” desse período, isto é, da possibilidade de dominação absoluta dos valores ocidentais em âmbito global, a qual durou até a Guerra do Golfo, em 1991. Essa sensação de que a expansão do Ocidente se daria sem resistência no cenário internacional encontrou seu fim, dentre outros acontecimentos, na eclosão do conflito iugoslavo, na ascensão dos nacionalismos (e micronacionalismos), das questões étnicas e culturais, dos fundamentalismos.

Portanto, no momento da realização da Conferência de Viena, em 1993, já temos um sistema internacional com as duas forças convivendo e conflitando: as centrípetas, como já foram explicitadas acima, e agora as centrífugas, os chamados movimentos de fragmentação e resistência. (FONSECA Jr. e LAFER, 1997).

As discussões no processo preparatório e na própria Conferência foram permeadas por esse paradoxo. Este nos permite explicitar e analisar o choque de concepções entre Ocidente e Oriente na Conferência de Viena. Tal paradoxo se revela também no nível teórico, já que com o fim da Guerra Fria as explicações realistas perdem relativamente a força e as explicações de cunho liberal (com pontos idealistas) se mostram rapidamente falhas em relação ao contexto do segundo pós-Guerra Fria, demonstrando assim haver, de certa maneira, um “vácuo” teórico.

As forças centrípetas nos remetem às forças de globalização, interdependência e cooperação, as quais também podem ser interpretadas como forças de dominação, hierarquização, submissão, engendrando internamente a elas elementos de fragmentação e resistência. Essas forças, representadas e defendidas na Conferência pelo Ocidente, argumentam em defesa de uma inexorável universalização do liberalismo e da democracia, e, conseqüentemente, dos direitos humanos. Cabe colocarmos que todos esses pontos têm suas origens no Ocidente. A concepção ocidental de direitos humanos se apoiou na crença de uma relação íntima, natural e ampla entre os âmbitos nacional e internacional. Sendo assim, os Estados ocidentais chegaram à Conferência dispostos a criar uma mensagem universal única acerca dos direitos humanos.

Entretanto, como já foi dito as forças centrífugas também estavam presentes na Conferência, essas forças representaram uma resistência à universalização, resistência esta presente nos argumentos orientais. Esta resistência se refere à preservação da autonomia, da soberania nacional e das culturas autóctones, ao protecionismo e às manifestações étnicas.

A questão da universalidade, como um entre alguns exemplos do choque de concepções, apesar de já consagrada pela Declaração, foi tema de discussões altamente polarizadas entre Ocidente e Oriente. Enquanto o primeiro queria sua reafirmação, o segundo, por meio de suas delegações, contestava-a (ALVES, 2000). As delegações da China e Cingapura exaltavam os valores asiáticos; os muçulmanos rejeitavam o secularismo dos direitos ocidentais e relacionavam os direitos humanos ao legado maometano; a delegação iraniana apesar de defender a universalidade, a ligavam ao Criador, sendo assim, rejeitavam a preponderância do Ocidente na formulação e imposição de diretrizes para o comportamento da comunidade internacional; a Arábia Saudita defendia a universalidade, mas fazia uma ampla ressalva quanto à consideração dos particularismos. Esses são só alguns exemplos dos argumentos e discussões que perpassaram a elaboração do documento final. Na visão do Ocidente, essa resistência era interpretada como um esforço por parte do Oriente a fim de enfraquecer o sistema internacional e eclipsar as violações aos direitos humanos lá ocorridas. (BOYLE, 1995). Os Estados orientais mantinham suas posições embasando a resistência na defesa de seus valores e tradições,

colocando a tentativa de universalização, por parte do Ocidente, como um desrespeito às suas culturas e religiões e como parte de um projeto de homogeneização cultural. (TOSI, 2005).

Com tudo isso a Declaração acabou por considerar as particularidades em meio à universalização, no entanto, exigiu que os Estados adaptassem essas particularidades quando elas impedissem a implementação dos direitos humanos.

Portanto, partir-se-á da idéia que a universalidade alcançada em Viena é majoritariamente formal, não refletindo verdadeiramente essa questão em relação aos debates ocorridos. Para analisar esse fato e tentar explicá-lo utilizar-se-á do conceito de associação prática, presente na obra de Nardin. Esse conceito se contrapõe ao de associação de objetivos. Cabe colocarmos que a Conferência de Viena foi idealizada no sentido de representar a incorporação de valores por toda a comunidade internacional objetivando gerar uma associação de objetivos. (VIGEVANI, OLIVEIRA e LIMA, 2006). Sendo assim, associação prática, ao contrário da associação de objetivos, define-se como uma relação que não envolve fim comum, mas em que a convivência entre Estados ou pessoas é obrigatória de certa forma. Esse tipo de associação visa uma compatibilização entre normas e anarquia, no entanto, a idéia de normas comuns advém dos mais fortes (VIGEVANI, 1999), no caso da Conferência, dos Estados ocidentais. A partir deste conceito pode-se deduzir, portanto, porque a universalidade foi formalmente alcançada na Conferência apesar das diferentes concepções acerca dos direitos humanos entre Ocidente e Oriente.

Em decorrência do fato do projeto estar em andamento ainda não há conclusões finais, havendo apenas, como foi mostrado, pressupostos, hipóteses e apontamentos. Sendo assim, os resultados finais da pesquisa serão comparados à luz dos objetivos do projeto e das hipóteses que o sustentaram. A partir desse exercício teremos condições de avaliar a evolução da proposta original do projeto.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, J. A. Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva. 1994. (Coleção Estudos).
- \_\_\_\_\_. Direitos humanos, cidadania e globalização. *Lua Nova*, n. 50, p. 185-206, 2000.
- BOYLE, Kevin. Stock-taking on human rights: The World Conference on Human Rights, Vienna 1993. *Political Studies*, n. 43, p. 79-95, 1995.
- FONSECA Jr., Gelson; LAFER, Celso. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões). In: FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (orgs.). *Temas de política externa brasileira II*. V.1. Brasília, D.F.: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1997. P. 49-77.
- JAGUARIBE, Hélio. O que é o “Ocidente”? *Política Externa*, v. 10, n. 4, p. 108-113, 2002.
- NARDIN, Terry. *Lei, moralidade e as relações entre os Estados*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- TOSI, Giuseppe. *Os direitos humanos na atualidade (2005)*. Disponível em: <[http://giuseppetosi.blog.kataweb.it/giuseppetosi/2005/09/os\\_direitos\\_hum.html](http://giuseppetosi.blog.kataweb.it/giuseppetosi/2005/09/os_direitos_hum.html)>. Acesso em 22 fev. 2006.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O processo preparatório da Conferencia Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 36, n. 1, p. 1-45, 1993.
- VIGEVANI, Tullo. Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional. *Lua Nova*, n. 46, p. 5-53, 1999.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes; LIMA, Thiago. Conflito étnico, direitos humanos e intervenção internacional. São Paulo, 2006. (No prelo).

**Bolsa:** FAPESP